

A Companhia Inglesa de Cocais e a mineração de ouro no Brasil do século XIX.*

Fábio Carlos da Silva **

ABSTRACT

The main object of this paper is the history of the National Brazilian Mining Association (NBMA) one of the about twenty companies that explored Brazilian gold mines in the last century. This company was founded in London in 1828 by some merchants, including Edward Oxenford, the first foreigner to be granted with legal permission by the government of Brazil to explore gold mining, who founded the Commercial Bank of London in 1840. Despite of the shareholders of the company had never received dividends and the aparent failure of fhe undertaking, it had a lonf life, being dissolved only in 1912. Since 1855, when the British Justice interfered in the bussiness of the Association, it was controled by the Sheppard's family - owners of the one of the most tradicional British stockbrokers agency, The Sheppard and Chase Ltd. In Brazil the NB history is linked to nobles figures of the Brazilian Empire, as the Baron of Catas Altas and the Baron of Cocais, who negociated their mines with the British, the Marquis of Queluz and the Marquise of Santos.

1. Introdução

Após a Independência do Brasil os investimentos britânicos não se limitaram às atividades comerciais e passaram a ser canalizados para outros setores da economia e para empréstimos ao governo brasileiro. O primeiro desses novos setores foi o da mineração aurífera subterrânea. No século XIX, vinte mineradoras inglesas se instalaram em Minas Gerais produzindo aproximadamente 100 toneladas de ouro totalizando um investimento da ordem de dois milhões e duzentas mil

** Este trabalho é baseado em estudo mais amplo que foi apresentado como Tese de Doutorado em História Econômica na Universidade de São Paulo, intitulada Barões do Ouro e Aventureiros Britânicos no Brasil: A Companhia Inglesa de Macaúbas e Cocais 1828-1912. Agradeço ao professor Douglas Libby pelos comentários e sugestões para o aprimoramento deste artigo.

** Professor adjunto do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA.

libras. A mais famosa e bem sucedida dessas empresas foi a St. John Del Rey Mining Company que explorou a mina de Morro Velho sob controle acionário de capitais britânicos até 1960.

A grande maioria das demais companhias não obteve êxito em seus empreendimentos nunca pagando dividendos a seus acionistas. Uma dessas companhias, a National Brazilian Mining Association, curiosa e paradoxalmente, ao invés de encerrar as atividades no Brasil após os primeiros reveses da atividade exploratória, continuou suas operações por mais de oitenta anos sempre acumulando prejuízos em cima de prejuízos. Vejamos a seguir, em linhas gerais, os principais fatos registrados da história dessa empresa, que não diferem em essência das demais, e que se caracterizaram por especulação, fraude, irregularidades, mal versação dos recursos, enriquecimento rápido e ilícito dos seus empreendedores e diretores e associação com a elite mineira para obter benesses do governo brasileiro.

2. Antecedentes da formação da Companhia de Cocais: A chegada dos comerciantes ingleses no Brasil.

Em 1808, logo que se conheceu em Londres a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, cento e três comerciantes ingleses reuniram-se na Taverna de Londres e fundaram a Sociedade de Negociantes Ingleses que Traficam para o Brasil, sob a presidência de John Princep. Naquele mesmo ano aportavam no Rio de Janeiro noventa navios estrangeiros de comércio. Dois anos mais tarde, em 1810, com a assinatura do tratado de Aliança, pelo qual o Brasil concedia ao Império Britânico grandes privilégios em nosso mercado, mediante autorização de uma tarifa preferencial aos produtos ingleses, esse número subiu para quatrocentos e quarenta e dois.¹

Imediatamente, muitos comerciantes ingleses vieram para o Brasil, estabelecendo casas de

¹ "Os negociantes ingleses, que estavam com seus armazéns lotados de estoques, não encontrando escoadouro para eles devido ao bloqueio decretado por Napoleão, sem nenhum conhecimento do mercado brasileiro, nem das condições do país, remetiam, em seus carregamentos para o Rio de Janeiro, mercadorias esquisitas para nós, tais como cobertores de lã, fogões para calefação de apartamento, bacias de cobre para aquecer a cama e até patins para gelo." Lima, 1970, 36-37.

comércio, principalmente no Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Naquela época, a mineração do ouro na capitania de Minas Gerais estava em decadência. Produzia-se menos de um quinto da produção obtida no século anterior, quando o ouro brasileiro contribuiu para grandes transformações econômicas mundiais, aí incluída a revolução industrial na Inglaterra.² Apesar da redução da produção do ouro, os europeus, principalmente os ingleses, não desistiram de explorar novas jazidas de ouro em Minas e no Brasil e ainda alimentavam esperanças de extraí-lo para exportá-lo para a Inglaterra e para a Europa como haviam feito desde o século XVIII.

Os estrangeiros, que vieram para o Brasil após a chegada da família real, principalmente os ingleses, estabeleceram-se como comerciantes, diversificando daí por diante suas atividades. "Ingleses raros de encontrar, como o Dr. Gardner que em 1809 ensinava química no colégio de São Joaquim, ou o Sr. Gooddair, - que se ligaria décadas depois à Companhia de Cacaos - com quem Mawe viajou em Minas, tornar-se-iam depois numerosos. Metidos em negócios de vulto, comerciantes, corretores, banqueiros, ninguém lhes fazia sombra, salvo os portugueses que, ainda depois da Independência, continuaram poderosos e no tráfico de negros desafiaram mesmo a política comercial e marítima dos britânicos."³

Entre os primeiros ingleses que vieram para o Brasil estava Eduardo Oxenford que se estabeleceu em Vila Rica com comércio de topázios nos anos 1812 e 1813. Lá travou conhecimento com algumas famílias importantes de Minas Gerais, dentre as quais a de Manuel Jacinto Nogueira da Gama, futuro Visconde de Baependi, tornando-se amigo de seu irmão, coronel Ignácio Nogueira da

² Virgilio Noya Pinto demonstra na conclusão de seu trabalho sobre o ouro brasileiro e o comércio anglo-português, que "para a economia mundial, o ouro brasileiro adquire dimensão não somente como caudal enriquecedor do estoque monetário mundial, mas, sobretudo, como elemento permissivo de mudanças estruturais. A perfeita conexão entre a idade do ouro do Brasil e as transformações na economia inglesa possibilitaram o impulso do capitalismo industrial na Inglaterra". Pinto, 1979. p.334. Sobre o assunto existe ainda uma farta literatura sobre a influência do ouro brasileiro na história européia da época.

³ Sousa, 1957c. pp.153-154.

Gama. Tendo que retornar para a Inglaterra por problemas de saúde⁴, lá continuou suas atividades comerciais com o Brasil. Em 1819, enviou o seu irmão, Fernando Oxenford, para ser seu agente no Rio de Janeiro.⁵ Após seu regresso manteve correspondência com o coronel Gama, estreitando ainda mais sua amizade iniciada quando de sua chegada a Minas. Isto haveria de lhe render na década seguinte, favores políticos relevantes, principalmente o despacho favorável de Dom Pedro I à sua proposta de formar a primeira companhia estrangeira para explorar ouro no Brasil.

O Imperador, por Decreto de 16 de setembro de 1824, permitia pela primeira vez ao capital estrangeiro atuar em atividades produtivas no Brasil. O Decreto autorizava Oxenford a organizar uma companhia para explorar ouro em Minas Gerais, através da compra de jazidas abandonadas. Exigia-se, dele, em contrapartida, a caução de 100 contos de réis que deveriam ser depositados no Tesouro da Província de Minas Gerais, como garantia ao pagamento do imposto sobre a produção de ouro, fixado em 25%. Surgia, assim, a Imperial Brazilian Mining Association (IBMA), a primeira organização industrial estrangeira no Brasil, que iniciou suas atividades em 1825.

3. A National Brazilian Mining Association e a sociedade com o Barão de Catas Altas

.Em 1827 o prestígio de Oxenford era baixo junto à diretoria da IBMA pela má gerência dos negócios no Brasil nos primeiros dois anos do empreendimento. Em meados daquele ano, a diretoria londrina dissolveu o comitê diretivo do Brasil, por ele indicado, demitindo Fernando Oxenford do comando dos negócios no Gongo Soco, reduzindo ao máximo a influência de Eduardo dentro da empresa. Diante deste fato, Eduardo decidiu em princípios de 1828 organizar uma nova companhia de mineração que haveria de manter-se sob seu controle direto. Associou-se, então, a outros três

⁴ Eschwege, 1979. p.47. Apesar do Barão Eschwege apontar a saúde precária de Oxenford em 1813, acreditamos que tal fato se deva às diferenças climáticas entre Londres e Minas Gerais, pois o mesmo demonstrou ser portador de grande resistência física, tendo levado vida dinâmica por mais 63 anos, falecendo somente em 1876 com 86 anos de idade.

comerciantes britânicos, John Robert Hard, Douglas Kinnaird e William Morgan, e anunciou publicamente em Londres a promoção do novo empreendimento com a denominação de National Brazilian Mining Association.⁶

Retorna em setembro de 1828 ao Brasil. Permanece três semanas no Rio de Janeiro tomando providências e fazendo contatos para viabilizar o novo empreendimento mineratório. Em seguida, Eduardo Oxenford foi para Minas Gerais a fim de tornar a companhia operacional. Em Caeté, onde se encontravam as principais minas de ouro, retomou contatos com seus antigos colaboradores da Companhia do Gongo Soco e com os brasileiros mais notáveis da região, proprietários rurais e detentores do poder político local. Dentre estes destacavam-se dois senhores de lavras que, pela riqueza de suas propriedades e origem de suas famílias, gozavam de grande prestígio em Minas e na corte do Império: José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, principal representante da família detentora das minas de Cocais, e João Batista Ferreira de Souza Coutinho, Guarda-Mór Geral das Minas da Província. Desse último, Oxenford havia comprado, por elevado preço, a famosa mina do Gongo Soco, que, à época de seu retorno, estava apresentando elevada produção sob a administração dos ingleses.

Tanto José Feliciano quanto João Batista, respectivamente, futuros barões de Cocais e de Catas Altas, eram naquele ano vereadores da Câmara municipal de Caeté⁷ e também exerciam grande influência junto ao poder provincial, fato de que Oxenford procurou tirar proveito para efetivação de seus planos. Aproximou-se, então, do futuro Barão de Catas Altas, que o tinha em elevada consideração desde 1825, por ter com ele celebrado a maior transação comercial da Província, ao vender-lhe a mina do Gongo Soco por trezentos contos de réis, cerca de setenta e cinco mil libras. Posteri-

⁵ Arquivo Nacional, 1819. p.152.

⁶ The Quaterly Mining Review, 1830. p.57.

⁷ Livro de Notas do 2o Tabelião de Caeté(1833-1842),pp.32v-3. Além dos futuros barões, eram também vereadores em

ormente, João Batista adquiriu a Fazenda de Macaúbas, constituída de várias jazidas auríferas na qual explorava ouro há cerca de dois anos.

No final de 1828, combinaram formar uma sociedade de mineração, objetivando trabalhar as minas de Macaúbas. Na sociedade, o futuro Barão de Catas Altas e sua mulher entraram com quinze escravos munidos de ferramentas, quatro carros de vinte e cinco juntas de bois as terras e as minas do Cutapá. Pelo contrato, os empreendedores ingleses tornavam-se co-proprietários das fazendas de Mocaúbas, datas do Serrote do Cuiabá e de mais duas fazendas contíguas à serra da Piedade, fronteiriças com o arraial do Cuiabá e a vila do Pompeu.⁸ Em troca o Barão de Catas Altas e sua mulher receberam sessenta contos de réis e a promessa contratual de receberem a décima parte líquida da produção. O prazo de existência previsto para a sociedade era de cinquenta anos. No caso de dissolução ou extinção da mesma, todos os terrenos e bens móveis e imóveis passariam a pertencer exclusivamente aos ingleses.⁹

A amizade e confiança que o Barão de Catas Altas depositava em Oxenford começaria a ficar abalada a partir de julho de 1830. Os motivos que levaram a tal rompimento estão provavelmente relacionados à decadência do Barão de Catas Altas, que se deveu, não apenas à sua incapacidade empresarial, mas também à perda de sua influência política na Corte após a abdicação de Dom Pedro I, em 7 de abril de 1831, e a conseqüente saída do cenário político brasileiro do Marquês de Queluz.¹⁰

A participação do Barão de Catas Altas nos lucros da companhia nunca ocorreu. Das 600

Caeté, o Capitão Luis Soares de Gouveia e o alferes João José Carneiro de Miranda, que em 1833, tornar-se-iam sócios da companhia por serem na época proprietários de parte das terras de Cocais.

⁸Idem.

⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁰ O Marquês de Queluz, que não teve participação ativa nos acontecimentos de março e abril de 1831, mas preservou sua tradicional fidelidade a D. Pedro I, com a abdicação, isolou-se e encerrou sua ação político-administrativa, vindo a falecer, absolutamente pobre, a 19 de novembro de 1833. Sousa, 1988. p.49. Alguns meses depois também faleceria em Portugal o primeiro Imperador do Brasil.

ações que por contrato lhe cabiam - 10% das 6.000 ações que integralizavam o capital de 150 mil libras da National Brazilian, ao preço de 25 libras cada, a diretoria resolveu dividí-las entre os seus sócios ingleses. Cem ações ficaram Eduardo Oxenford. Tal apropriação foi justificada, alegando-se que o Barão não havia cedido as minas da companhia prometidas.¹¹ Como o Barão de Catas Altas não tinha poderes para fiscalizar os livros da Companhia, nunca obteve benefício algum com o negócio firmado com os britânicos. Dez anos depois de feita a sociedade com Oxenford faleceu a 31 de maio de 1839, desprovido de prestígio político e de recursos materiais e com muitas dívidas.¹²

4. A sociedade dos Ingleses com o Barão de Cocais

No começo do século XIX, Cocais era o arraial mais próspero da região. Sua prosperidade advinha de suas lavras e do espírito empreendedor das famílias pioneiras que o colonizaram. Em 1801, quando o ribeirão do Una, que margeia o povoado já estava todo lavrado, os mineiros subiram para os morros, onde, além do ouro, era visível a abundância do minério de ferro.¹³ Em 1805 as lavras da Serra de Cocais eram exploradas pelos irmãos Antonio Caetano e Felício Muniz Pinto Coelho da Cunha.

Em 1809, os dois ainda trabalhavam em sociedade, como observou John Mawe, primeiro estrangeiro a ter permissão do governo de D.João VI a viajar pelo interior do país. Ao visitar Cocais, naquele ano, foi recebido por Felício, então Capitão-Mór das Minas do Distrito de Caeté, que juntamente com seu genro, o Doutor em Medicina e futuro Senador do Império brasileiro, Antonio Gonçalves Gomide, o receberam na luxuosa casa da Fazenda da Cachoeirinha. O negociante inglês notou que a grande propriedade, considerada das mais ricas da região, embora produzindo

¹¹ The Quaterly Mining Review, dez 1830, p.483.

¹² O Barão de Catas Altas residiu nos últimos anos de sua vida na Fazenda Santa Catarina, distrito do Carmo do Tanque Acima. Cf. Arquivo do Museu de Itabira, 1840-41.

muito ouro, era trabalhada por apenas duzentos negros e ao passar diante da exploração, não percebera nenhuma espécie de máquina posta em movimento para facilitar o trabalho manual dos operários, sendo a lavagem do minério efetuada pelo lento processo manual, embora houvesse a utilização de algumas caixas.¹⁴ Pouco tempo depois, a exploração já era feita separadamente por cada um dos irmãos mencionados, e o número de escravos havia diminuído para cento e vinte (sessenta em cada uma das lavras).

Com o passar dos anos a família tornou-se numerosa, e os problemas decorrentes da posse e administração das minas e terras de Cocais estavam cada vez mais difíceis de serem contornados. George Vincent Duval, que sob as expensas da General Mining Association, visitou Cocais no ano de 1826, nos deixou uma exata idéia dessa situação, observando, em suas anotações sobre sua visita àquele arraial, que a família venderia aquela rica e valiosa propriedade se encontrasse um bom comprador, porque seus membros tinham crescido muito e em poucos anos a propriedade estaria tão subdividida, como já acontecia, que não havia concordância com respeito a administração da mesma, tornando-se difícil manter-se a família unida diante de interesses tão diversificados¹⁵.

Em 1813, Felício Muniz Pinto Coelho de Mendonça, o sexto filho do coronel Felício Muniz, havia se casado em São Paulo com Domitila de Castro Canto e Melo, futura amante de Dom Pedro I. Mesmo após a separação judicial traumática do filho em 1824¹⁶, Felício Muniz não hesitou em

¹³ Couto, 1842. pp.16-18.

¹⁴ Mawe, 1978. pp.144-145.

¹⁵ Duval, 1830. pp.406-408

¹⁶ Primeiro marido de D. Domitila, da qual se separou oficialmente a 22 de junho de 1824, Felício Pinto Coelho de Mendonça, nasceu em Cocais em 1789, sendo o sexto dos nove filhos que Dona Marianna Manoela Furtado Leite de Mendonça teve com Felício Muniz Pinto Coelho da Cunha. Era alferes do regimento dos dragões de Minas quando se casou com D. Domitila em São Paulo em 1813. Por problemas diversos o casamento não foi duradouro, e o primo do futuro Barão de Cocais chegou a atentar contra a vida da esposa em 6 de março de 1819, em São Paulo, esfaqueando-a por tres vezes no baixo ventre. O divórcio, concedido pela Justiça em 1824, concretizou-se por interferência direta do Imperador D. Pedro I, de quem Domitila havia se tornado amante em São Paulo por ocasião da proclamação da independência do Brasil. Felício Mendonça morreu a 4 de dezembro de 1833 no sítio da Piedade, vila de Iguazu, Província do Rio de Janeiro, onde vivia afazendado com numerosa escravatura. Cf. Rangel, 1974. pp.423-427; Genealogia de Famílias Mineiras. Revista do Arquivo Público Mineiro, 1907. pp.290-291.

solicitar insistentemente a interferência de sua ex-nora junto ao Imperador brasileiro para viabilizar a venda das minas de Cocais aos ingleses. Pela legislação brasileira, Dom Pedro I tinha que aprovar pessoalmente o estabelecimento de qualquer sociedade estrangeira no país. Em 16 de janeiro de 1827, escreveu êle de Cocais uma insinuante carta para a Marquesa de Santos dizendo-lhe:

"Ilma e Exma. Senhora. Quanto Estimei o Despacho de V.Exa., tanto senti a morte do Exmo. Sr. Visconde, seu Pai; e estou certo que V.Exa. conhece a sinceridade dêstes meus sentimentos. De novo torno a falar a V. Exa. na venda de nossas lavras aos inglêses, o que V. Exa. pode bem promover. É certo que elas são de grande valor, mas a divisão por tantos herdeiros, útil a uns e inútil a outros, o melhor partido é o da venda; e mesmo só por um milhão. V. Exa. proteja êste negócio e eu por esta me obrigo a fazer boa a parte de V. Exa., como se fôssem vendidas por dois milhões; e melhor exporá a V.Exa. as circunstâncias de tudo o meu genro, que brevemente sairá para essa corte. Muito estimei as boas notícias que me deu de V. Exa. o dito meu genro, e fico pronto para quanto seja do serviço de V. Exa., pois sou de V. Exa. compadre e muito venerador criado. Felício Muniz Pinto Coelho da Cunha."¹⁷

Mesmo com a ajuda do genro, Dr. Antonio Gonçalves Gomide, e com os pedidos feitos para a Marquesa de Santos, inclusive propondo-lhe propinas, Felício Muniz não conseguiu vender as minas para os ingleses por falta de consenso entre os dois ramos da família que não concordaram em desfazer-se da centenária propriedade da Cachoeirinha.

Todavia, em meados de 1833, a família Coelho da Cunha, liderada pelo futuro Barão de Cocais, concordou em não mais promover a exploração aurífera na Serra de Cocais por conta própria, em função da inviabilidade econômica apresentada. Resolveram, então, associar-se aos ingleses, constituindo uma companhia de mineração com a participação de capitais britânicos e brasileiros. Os quatorze sócios proprietários brasileiros receberam dos ingleses a quantia de 55 mil libras ester-

¹⁷ Ms.do Arquivo do castelo d'Eu- maço LXVII-n.3177. citado por Sousa, 1957c. pp.179-182.

linas como pagamento pelo domínio e pela posse das lavras de Cocais e seus pertences. O prazo do contrato era de cinquenta anos, a contar do dia primeiro de junho de 1834.¹⁸

Pelo contrato ficou estipulado que de todo o ouro que se extraísse, após a dedução e pagamento do imposto nacional, caberia aos sócios brasileiros a décima parte do líquido, para dividirem entre si, sem atenção a despesas. Por ele, poderiam ainda continuar a extrair lenha das matas para uso doméstico. Para assegurar sua participação incluíram uma condição no contrato que lhes permitia ter um olheiro da confiança dos sócios brasileiros sem veto dos sócios ingleses, para conferir as apurações do ouro extraído. Ele tinha poderes para verificar o estado das minas. Podia entrar na mina a qualquer hora. Não tinha, todavia, voz ativa nem passiva sobre o governo e direção da companhia. O olheiro deveria por seu de acordo nos respectivos Livros sobre o lançamento das ditas apurações. Todos os investimentos e responsabilidades pelas despesas ficaram por conta dos sócios ingleses. Os sócios brasileiros se comprometiam apenas com a defesa da propriedade das lavras e qualquer demanda sobre sua legitimidade deveria ser arcada pelos brasileiros.

Ao fim dos cinquenta anos os bens retornariam ao domínio e à posse dos sócios brasileiros, como seus legítimos proprietários, ou a qualquer tempo se os sócios ingleses inviabilizassem a exploração da mineração. Neste caso, todas as máquinas voltariam a ser propriedades dos sócios brasileiros sem qualquer ônus. Este contrato difere daquele assinado pelo Barão de Catas Altas com Eduardo Oxenford que ainda recebeu dos sócios brasileiros cinco por cento de prêmio (2.750 libras) como pagamento da comissão pelo lançamento das ações da Companhia no mercado londrino.¹⁹

A National Brazilian Mining Association (NBMA), que, por ter-se instalado irregularmente no Brasil, havia mudado de nome em 1830 para Imperial Mocaubas, passou então a denominar-se

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem, *ibidem*. p.198.

United Mocaubas and Cacaes National Brazilian Mining Association²⁰ e foram emitidas novas ações da NBMA, referentes à Companhia de Cacaes, ao preço de 25 libras por ação. Essas ações foram negociadas na Bolsa de Londres e foram rapidamente vendidas, dada a fama e a disputa pelas minas de Cacaes.

Os proprietários brasileiros da Companhia também compraram ações do empreendimento, ao preço de 20 libras por ação, bem como pagaram as chamadas posteriores que se fizeram. O Coronel Antonio Caetano Pinto Coelho da Cunha, por exemplo, irmão mais velho do futuro Barão de Cacaes, incumbiu Eduardo Oxenford de adquirir cinquenta ações pelas quais pagou a importância de seis contos de réis. Posteriormente pagou ainda a quantia de seiscentos mil réis, referentes à primeira chamada dos acionistas, a 2 libras esterlinas por ação. O câmbio, em finais de 1833 e princípios de 1834, estava cotado ao preço de seis mil réis para cada libra esterlina.²¹ O Barão de Cacaes adquiriu no mínimo 110 ações e José Leite de Aguiar Mendonça 113 ações.²² Após a efetivação da sociedade com os proprietários das minas de Cacaes, Eduardo Oxenford e seus sócios ingleses fundiram, num só empreendimento, a exploração daquelas jazidas e as que faziam parte da Companhia de Macaúbas.

5. As irregularidades administrativas e financeiras

Há fortes evidências de que o ouro apurado em Cacaes durante os vinte e dois anos que a Companhia esteve sob administração de Oxenford, tenha sido muito mais do que as quantidades anunciadas aos acionistas em Londres. Em agosto de 1835, por exemplo, o correspondente do Mining Journal em Falmouth informava que um mineiro inglês, chegado recentemente de Cacaes, co-

²⁰ The Times, 13 de fevereiro de 1834. p.1.

²¹ Fórum de Santa Bárbara, 1834. p.26.

²² As ações de José de Aguiar Leite de Mendonça, um dos sócios brasileiros da Companhia Inglesa de Cacaes, constam do arrolamento de seus bens em seu inventário que correu pelo Cartório de Santa Barbara, cujo formal de partilha data de março de 1863, onde constam " 113 ações da Companhia Inglesa estabelecida em Cacaes compreendendo as chamadas feitas pela diretoria avaliadas em um conto cento e trinta mil réis. Cf. Fórum de Santa Barbara, 1863. p.24.

municara-lhe a descoberta de um novo veio de minério que pelas amostras obtidas continha grãos de ouro do tamanho de um pequeno feijão.²³ O almirante inglês Hamond que comandava a marinha britânica no Rio de Janeiro a partir de 1835, escreveu em seu diário de setembro de 1836, que a Companhia estava indo muito bem. Sugeriu, inclusive, que teria sido a riqueza das minas de Cocais a causa do casamento de John Morgan, filho do cônsul britânico no Rio, com uma das primas de José Feliciano Pinto Coelho da Cunha.²⁴

Em 1838 o comando da companhia em Minas passaria para John George Goodair, que dois anos depois, quando Gardner passou por Cocais, o receberia muito mal, não permitindo que seu conterrâneo pudesse se inteirar dos negócios da associação nem visitar os trabalhos subterrâneos que lá se desenvolviam.²⁵ Em junho de 1842, quando eclodiu a Revolução Liberal em Minas, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha foi aclamado pela Guarda Nacional, em Barbacena, chefe do movimento rebelde e Presidente da Província.²⁶

Com a posterior derrota das forças rebeldes do Partido Liberal em Minas, comandadas pelo futuro Barão de Cocais, desencadeou-se uma violenta perseguição e confisco dos bens dos envolvidos, entre os quais se achavam os sócios proprietários das lavras de Cocais exploradas pela companhia inglesa. José Peixoto de Souza, o maior comerciante de Minas e simpatizante das forças libe-

²³ The Mining Journal and Commercial Gazette, 29 de agosto de 1835. p.6.

²⁴ Cf. Genealogia de Famílias Mineiras. Revista do Arquivo Público Mineiro, 1907. pp.292-293. O almirante Hamond assim escreveu em seu diário: quarta-feira, 21 de setembro de 1836 - Devido à chuva inclemente e ao meu resfriado, não fui ao baile da Estrangeira, mas tive para jantar Mr. Morgan, que é o sobrinho de Lady Chamberlain, esposa do nosso último Cônsul aqui. Casou-se com uma jovem rica do interior, cuja família, ligada às minas, é considerada abastada. No momento a mina, que pertencia à sua família está indo muito bem. Hamond, 1984. pp.132-133.

²⁵ Gardner, 1975. p.219.

²⁶ Presidente da Província em 1835, chefe do Partido Liberal, personalidade generosa e dono de uma das maiores riquezas de Minas, José Feliciano, que era primo do Marquês de Itanhaém, segundo tutor de Dom Pedro II, depois de ter sido vereador em Caeté, foi deputado provincial e deputado geral, representando Minas Gerais na corte, onde também havia sido membro do Clube da Maioridade, que contribuiu, em 1840, para a antecipação da ascensão de Dom Pedro II ao trono do Brasil. Cf. Sousa, 1957a, pp. 34-353; Sousa, 1957b, pp. 191.

rais, teve sua fortuna totalmente confiscada.²⁷ Em Caeté, o comendador José João de Souza Coutinho, filho único do Barão de Catas Altas, teve suas duas casas invadidas e seus bens saqueados.²⁸ José Feliciano não foi preso por Caxias, quando este esteve em seu encalce em Cocais, em agosto de 1842, porque havia deixado a sua casa naquela vila e fugido para a Serra da Conceição, através de uma passagem subterrânea secreta que saía da cozinha de sua residência, permanecendo escondido nas grutas daquela serra até a partida de Caxias, recebendo alimentação e auxílio de amigos da região.²⁹

Em novembro de 1842, dois meses depois de terminada a Revolução, Bernardo Nascentes Pinto, genro de José Feliciano, cobrava de John Morgan, recentemente chegado de Londres, a resolução do problema das ações da companhia pertencentes a seu sogro que estavam com Oxenford na Inglaterra. Morgan, em carta datada de 16 daquele mês, respondeu que não havia sido possível vendê-las em Londres por preço satisfatório, permanecendo nas mãos do britânico.³⁰ Com a vitória das forças legalistas comandadas por Caxias, e após as perseguições e confiscos referidos, Dom Pedro II concederia anistia aos envolvidos em março de 1844.³¹ A Companhia de Cocais continuava em atividade, como observou o Conde de Suzannet, que lá esteve poucos meses após o fim da revolução³², mas Goodair já não era mais o responsável pela companhia no Brasil, cujo comando havia sido entregue a Henri Oxenford, sobrinho de Eduardo Oxenford, que estava em Minas desde o início das atividades da Companhia do Gongo Soco. As contínuas mudanças de comando e a prática

²⁷ Marinho, 1977. p.170.; Fórum de Santa Bárbara, 1936. Pacote n.60j.

²⁸ Marinho, 1977. p.240.

²⁹ Marques, 1992. p.4.

³⁰ Arquivo Publico Mineiro. Seção Provincial. PP1/19, caixa 05, 1841-1854.

³¹ Iglesias, Francisco. O Cônego Marinho e 1842. In: Marinho, 1977. p.26.

³² Suzannet, 1957. pp.124-125.

do nepotismo parecem ter prejudicado a qualidade gerencial e a eficiência administrativa e financeira do empreendimento, e beneficiado Oxenford e seus conterrâneos de aventura em terras tropicais.

Em 1847 anunciou-se em Londres que Henri Oxenford havia constatado que há muitos anos substanciais quantidades de ouro da mina de Cocais estavam sendo roubadas pelos trabalhadores do interior das minas, que sabiam da existência de um veio produtivo do qual extraíam pepitas de ouro e vendiam-nas clandestinamente na Vila de Cocais. Além disso, em fevereiro de 1840, Eduardo Oxenford, que até aquela data somente exercia a função de diretor da NB, fundaria, juntamente com outros comerciantes londrinos, o Banco Comercial de Londres, conseguindo depois de quase 30 anos realizar o sonho que acalentava desde quando veio para o Brasil pela primeira vez. Tornar-se banqueiro na *City*.

6. O processo dos acionistas ingleses contra a diretoria da Companhia

Inúmeras foram as irregularidades financeiras e administrativas praticadas pela diretoria da NBMA que ensejaram a formação de diversos comitês internos de auditagem sem entretanto, nenhum deles, chegar a resultados concretos. Depois de quinze anos de tentativas, os acionistas ingleses não obtendo resultados favoráveis nas negociações realizadas no âmbito do empreendimento, transferiram, em 1855, a luta para o terreno judicial, quando Robert Sheppard, corretor da Bolsa de Londres, e recente acionista da Companhia de Macáubas e Cocais, após infrutíferas tentativas de acordo amigável com Oxenford, entrou na Justiça Britânica com processo contra o mesmo. Após dois anos de luta intensa travada entre os advogados de ambas as partes, Oxenford, já morando na França, após ter passado pelo Brasil na sua fuga da Inglaterra, perderia, após vinte e cinco anos, o controle direto dos negócios da National Brazilian Mining Association.

Teria início então a segunda fase da história da Companhia de Cocais. Liderados por Robert Sheppard os acionistas constituíram novo comitê investigativo na tentativa de reorganizar a com-

panhia. Não tendo êxito em obter as informações referentes às contas e demais operações da National Brazilian, Robert Sheppard instruiu processo judicial contra Oxenford, avisando-o que daria entrada do mesmo. Este último, vendo sua situação muito complicada, solicitou ao corretor que postergasse o protocolo do processo na Justiça por alguns dias, mostrando-se receptivo a encetar acordo amigável. Sheppard concordou, fato que deu tempo a Oxenford viabilizar seu plano, pois, repentina e clandestinamente, fugiu da Inglaterra em 9 de abril de 1855 com destino ao Brasil, onde buscava solucionar sua situação financeira³³ através da negociação do patrimônio da companhia que estava registrado em seu nome nos livros cartoriais de Minas Gerais.

Dois dias antes de embarcar clandestinamente para o Brasil, Oxenford tomou diversas providências no sentido de otimizar seu plano de colocar em ordem sua situação financeira e pessoal. Foi até o escritório da companhia na *Throgmorton Street*, e lá fez uma triagem de todos os livros e documentos importantes que estavam nas suas gavetas, bem como no cofre do escritório, e retirou-os daquelas dependências levando-os consigo provavelmente para o Brasil. A tarefa foi facilitada porque era um dia de sábado e não havia movimento de pessoas no escritório. Em seguida, providenciou seu depoimento-resposta às acusações feitas por Robert Sheppard no processo referido para que seu advogado desse entrada na Justiça inglesa imediatamente após sua partida da Inglaterra.

Quando chegou em Minas Gerais, as operações em Cocais já estavam muito reduzidas pela falta de controle das infiltrações de água, fato que dificultava o processo extrativo. Mesmo assim, Oxenford, em maio de 1855, ao assumir o comando das operações, utilizando uma reduzida força de trabalho - o que tornava economicamente inviável o empreendimento - ainda iria extrair, no segun-

³³ Além do processo movido pelos acionistas da National Brazilian Mining Association, Oxenford também estava sendo processado judicialmente por ter se apropriado dos bens e cerca de 3 mil libras esterlinas pertencentes ao espólio de sua vizinha Lucinda Bourne, falecida em 17 de julho de 1852, com testamento datado de 28 de maio de 1847, no qual Oxenford era um dos testamentários. Cf. Public Record Office, 16 de fevereiro de 1853. Ver também na mesma fonte códices C36/715 e C36/767, onde comprova-se que outro tribunal inglês, por ordem do Master of Rolls, havia decretado, no primeiro trimestre de 1855, que Oxenford comparecesse ao tribunal para prestar esclarecimentos sobre as acusações a ele imputadas.

do semestre daquele ano, significativa quantidade de ouro das minas de Cocais. Concomitantemente às atividades acima, Oxenford encetou negociações para vender as outras minas da companhia, além de concretizar as negociações que já haviam sido iniciadas por ele quando estava em Londres, e que diziam respeito ao aluguel dos escravos da NBMA para a Companhia União e Indústria.

Essa empresa, presidida por Mariano Procópio Ferreira Lage, estava encarregada da construção da nova estrada rodoviária de Ouro Preto ao Rio de Janeiro. Foram alugados 300 escravos pela quantia de 23 mil libras anuais, sendo que metade desse valor, onze mil e quinhentas libras, foram recebidas adiantadamente por Oxenford em meados de 1856, pouco antes dele partir definitivamente do Brasil para a Europa.³⁴

Essas atitudes contrariavam as determinações da Justiça e, apesar das tentativas de defesa dos advogados de Oxenford, sua situação ficou juridicamente insustentável. Em junho de 1856 deixaria definitivamente o Brasil com destino à França onde viveria os últimos vinte anos de sua vida na cidade de Tours, vindo a falecer no dia 16 de setembro de 1876³⁵, exatamente 52 anos após Dom Pedro I haver-lhe concedido o privilégio de ser o primeiro estrangeiro autorizado a extrair ouro no Império brasileiro.

7. A Decisão da Justiça Britânica e o prejuízo dos sócios brasileiros

Logo após esses acontecimentos, o capitão John Hitchens, interventor nomeado pela Justiça britânica, fez publicar nos principais jornais brasileiros, em princípios de 1857, um comunicado da Companhia Inglesa de Cocaes e Macaúbas tornando público que por decisão da Chancelaria da Inglaterra haviam sido cassados os poderes de Eduardo Oxenford como diretor e gerente da Companhia e informando também que ele, Hitchens, havia sido constituído gerente e comissário em chefe

³⁴ The Mining Journal, 25 de outubro de 1856. p.717.

da mencionada companhia. Previnia ainda aos interessados que não contratassem ou fizessem nenhuma transação com Eduardo Oxenford, nem com seus gerentes ou procuradores, porquanto que a companhia não teria por válidos tais contratos ou transações³⁶. Ao mesmo tempo, na Inglaterra, a Justiça britânica decretava que todas as pessoas físicas e jurídicas que tinham dívidas a receber da companhia, ou fossem portadores de ações, deveriam se apresentar no Tribunal da Chancelaria, inicialmente até junho de 1857. No Brasil, o capitão John Hitchens foi encarregado de encaminhar as reivindicações dos credores e sócios brasileiros para a Justiça inglesa³⁷.

Posteriormente o prazo foi por diversas vezes prorrogado, até que em 1869, coincidentemente no mesmo ano em que faleceu o Barão de Cocais, foi dada a sentença final referente ao direito dos acionistas. Pelo que pudemos constatar, por alguma razão, os direitos dos sócios brasileiros não foram considerados. Já em 1861, o Barão de Cocais reclamava, em carta escrita ao seu genro, estar cansado de ser ludibriado pelos representantes da National Brazilian, particularmente pelo Visconde de Barbacena, que representava os interesses britânicos nas questões referentes às suas ações da Companhia de Cocais³⁸.

O Barão de Cocais tentou exaustivamente resolver a questão referente a seus direitos na Companhia, tendo disposto, inclusive, parte de seu patrimônio para a família de Afonso Pena, como pa-

³⁵ Somerset House, 1877.

³⁶ Jornal do Comércio, 4 de fevereiro de 1857. p.3.

³⁷ The London Gazette, 24 de março de 1857. p.1119. Foi o seguinte o teor do anúncio publicado nos jornais ingleses e brasileiros. "Associação Nacional de Mineração Brasileira; Em conformidade da determinação proferida pelo superior tribunal da chancelaria em Inglaterra, no processo em que é autor Roberto Sheppard, por si e por parte dos acionistas da sociedade denominada Associação Nacional de Mineração Brasileira, excetuando somente Eduardo Oxenford, e em que é réu o mencionado Eduardo Oxenford, são chamados todos os credores e acionistas da referida Associação para até o dia 20 de setembro próximo futuro(1857) comparecerem, por intermedio dos seus procuradores judiciais(solicitadores) perante o vice-chancellor Sir William Page Wood, na sua residência oficial n. 11, New Square Lincolns Inn, Middlesex(Inglaterra), a fim de ali se proceder a verificação de seus créditos ou de suas ações; e quando o não façam, incorrerão na cominação de perder as vantagens de semelhante determinação. Londres, 23 de março de 1857." Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 23 de maio de 1857. p.2. O mesmo anúncio também foi publicado nos seguintes jornais da Inglaterra e do Brasil; London Gazette, 24 de março; Daily News, 21, 25 e 30 de março; The Times, 23, 26 e 31 de março; The Mining Journal, 28 de abril e 4 de maio; Jornal do Comércio, 21, 22 e 23 de maio; Correio Oficial, 22 e 25 de junho e O Progressista, 24 de junho, 1 e 4 de julho, todos no ano de 1857.

gamento dos respectivos honorários advocatícios. Em 1861, ele recebeu uma carta do genro, que, entre outras coisas, dizia o seguinte: "Paciência, 21 de junho de 1861 ... principiaremos em dizer que bem estimaremos que se realize o negócio das ações da Companhia de Cocaes, e que não sejamos ainda mais desta vez burlados. Vimos a carta do Visconde de Barbacena e temos refletido sobre sua exigência"³⁹. Em 9 de julho de 1869, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, abatido pela tuberculose, faleceria em Cocais sem ter logrado êxito em fazer prevalecer seus direitos junto à companhia inglesa. A Companhia, todavia, continuou suas atividades no Brasil até 1912, quando a família Sheppard dissolveu a Rótulo Ltd, última empresa constituída para continuar os negócios da National Brazilian, e vendeu suas propriedades remanescentes, as mina de Macaúbas e Cuiabá, para a St. John Del Rey Mining Company. Dois anos depois, pouco antes do início da Primeira Guerra Mundial, descendentes do Barão de Cocais contrataram um advogado em Londres para verificar a existência de depósitos financeiros em bancos ingleses em nome de José Feliciano Pinto Coelho da Cunha. Desde então a herança do Barão de Cocais faz parte da memória social mineira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Manuscritas

Arquivo Nacional. Fichário Entrada de Estrangeiros. Seção Histórica. 1815-1820.

Arquivo Nacional. Cartas escritas ao Barão de Cocaes por sua filha e outros membros da família, 1848-1862. Rio de Janeiro, Códice 780, 1965.

³⁸ Arquivo Nacional, 1965. Cartas ao Barão de Cocais.

³⁹ Arquivo Nacional, 1965. Cartas escritas ao Barão de Cocaes. A coleção, doada em 1955 ao Arquivo Nacional por Afonso Taunay, refere-se à correspondência de Ana Casemira com seu pai, o Barão de Cocais, e consta de 89 cartas escritas quase todas pelo marido da mesma, Bernardo Nascentes Pinto, e assinadas por ambos. Dentre elas, 27 são assinadas somente por Bernardo, tendo algumas delas observações de Ana Casemira. Na mesma carta citada, pode-se ler, que nem todo o ouro de Cocais, extraído pela companhia inglesa, era entregue à casa de Paula Santos; também se trocava ouro em pó em Caethé e com particulares, como José Peixoto de Souza e outros. Também informava-se que, no tempo do Marquês de Barbacena, ele mesmo dispunha de algum ouro, revelando a conexão dos Brandt Pont com os ingleses da Companhia de Cocais.

Arquivo do Museu de Itabira. Inventário do Barão e Baronesa de Catas Altas. Pasta dos anos 1840-41. Itabira, 1841.

Arquivo Público Mineiro. Câmara Municipal de Caeté. Códice 14. Livro de Notas do 2o Tabelião de Caeté, 1827-1842.

Arquivo Publico Mineiro. Seção Provincial. PP1/19, caixa 05, 1841-1854.

Fórum de Santa Bárbara. Inventário do Coronel Antonio Caetano Pinto Coelho da Cunha. Pacote 6a. 1834.

Fórum de Santa Barbara. Inventário de José de Aguiar Leite Mendonça. Pacote n.44j. 1863.

Fórum de Santa Bárbara. Inventário de José Peixoto de Souza. Santa Bárbara, 1936. Pacote n.60j.

Public Record Office/Chancery Lane. Chancery Proceedings, case Oxenford x O'Brien, Códice C15/56/0/2. Londres, 16 de fevereiro de 1853; Códices C36/715 e C36/767.

Somerset House. Letter of Administration of the personal estates of Edward Oxenford. Londres, 1877.

Fontes Impressas

Couto José Vieira. Memória sôbre as minas da capitania de Minas Geraes; suas descrições, ensaios e domicílio próprio. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1842.

Duval, George Vincent. Extract from a private journal of a tour through the province of Minas Geraes, in 1826. Original Communications. The Quaterly Mining Review. v.I, n.4, Londres, mar 1830.

Eschwege, W.L.von. Pluto Brasilensis. 1o.vol. Tradução de Domício de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo:Edusp, 1979.

Gardner, George. Viagem ao interior do Brasil. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1975.

Hamond, Graham Eden. Os Diários do Almirante Graham Eden Hamond, 1825-1834/1838. Tradução de Paulo F. Geyer. Rio de Janeiro: Editora JB, 1984.

Iglesias, Francisco. O Cônego Marinho e 1842. In: Marinho, José Antônio. História do Movimento Político de 1842. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo, Edusp, 1977.

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1857.

Lima, Heitor Ferreira. Mauá e Roberto Simonsen. São Paulo: Companhia Editora Nacional,1970.

Marinho, José Antonio. História do Movimento Político de 1842. Belo Horizonte: Itatiaia; Paulo: Edusp, 1977.

Marques, Leonel. Em Cocais, o solar da Ladeira já hospedou o Duque de Caxias. Barão de Cocais-MG, BC Jornal, Ano III, n.31, junho de 1992.

Mawe, John, Viagens ao interior do Brasil. Tradução de Silena Benevides Viana. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp 1978.

Pinto, Virgilio Noya. O ouro brasileiro e o comércio anglo-português. 2ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

The London Gazette. Londres, 24 de março de 1857.

The Mining Journal and Commercial Gazette. Londres, 29 de agosto de 1835.

The Mining Journal. Londres, 25 de outubro de 1856.

Rangel, Alberto. Anotações às cartas de D. Pedro I a D. Domitila. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1974.

Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, 1907.

Review of the Imperial Brazilian and Imperial Mocaubas Mining Association. The Quaterly Mining Review. Londres, v.I, n.2 e n.4 dez 1830.

Sousa, Miguel Augusto Gonçalves de. O Marquês de Queluz e sua época. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

Sousa, Otávio Tarquínio. História dos fundadores do Império do Brasil. José Bonifácio. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1957a.

Sousa, Otávio Tarquínio. Três Golpes de Estado. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1957b.

Souza, Octavio Tarquinio de. História dos fundadores do Império do Brasil. v.IX, Fatos e personagens em torno de um regime. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1957c.

Suzannet, Conde de. O Brasil em 1845. Tradução de Márcia de Moura Castro. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1957.

The Times. Londres, 13 de fevereiro de 1834.